

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Prefeitura realiza Mutirão de Limpeza de 21 a 29 de setembro em Urânia

Nesta quinta-feira, dia 21, começa o quinto Mutirão de Limpeza Contra a Dengue de 2023 em todos os bairros da cidade. O Mutirão é uma realização da Prefeitura de Urânia, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, em ação conjunta com as equipes da Vigilância Epidemiológica e do setor de Controle

de Vetores. A ação acontece até o dia 28 de setembro. O Mutirão de Limpeza Contra a Dengue em Urânia segue o seguinte roteiro: 21/09 - QUINTA-FEIRA 22/09 - SEXTA-FEIRA 25/09 - SEGUNDA-FEIRA Avenida Brasil/Igreja Nossa Senhora de Fátima até o

Jardim São Paulo Avenida Brasil/Igreja Nossa Senhora de Fátima até o Bairro Vicente Filié 26/09 - TERÇA-FEIRA 27/09 - QUARTA-FEIRA 28/09 - QUINTA-FEIRA Avenida Brasil até a Recanto das Palmeiras Avenida Brasil até o Jardim Bela Vista

MUTIRÃO DE LIMPEZA

CONTRA O AEDES AEGYPTI

21 a 28 DE SETEMBRO

Você pode descartar na calçada: Todo tipo de objeto que possa servir como criadouro do mosquito Aedes aegypti.

Você **NAO** deve descartar na calçada: Galhos de árvore, entulhos de construção e móveis usados.

Cronograma de Visitas

21/09 - QUINTA-FEIRA
22/09 - SEXTA-FEIRA
25/09 - SEGUNDA-FEIRA

26/09 - TERÇA-FEIRA
27/09 - QUARTA-FEIRA
28/09 - QUINTA-FEIRA

- Avenida Brasil/Igreja Nossa Senhora de Fátima até o Jardim São Paulo

- Avenida Brasil/Igreja Nossa Senhora de Fátima até o Bairro Vicente Filié

- Avenida Brasil até a Recanto das Palmeiras

- Avenida Brasil até o Jardim Bela Vista

www.urania.sp.gov.br

URÂNIA
PREFEITURA MUNICIPAL

CULTURA

As inscrições para a 9ª edição do Festival Nacional de Teatro de Jales foram prorrogadas

Desde o dia 31 de agosto estão abertas as inscrições para a 9ª edição do Festival Nacional de Teatro de Jales, que acontecerá em novembro de 2023. Companhias, produtoras, grupos e artistas independentes de todo Brasil podem se inscrever, enviando o material de seus espetáculos e trabalhos. As inscrições que seriam encerradas no dia 22 de setembro foram prorrogadas para até o dia 29 de se-

tembro e serão recebidas exclusivamente pelo site www.teatrojales.com.br. Essa edição do Festival Nacional de Teatro de Jales é uma realização do Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria Estadual de Cultura, Economia e Indústria Criativas, por meio de emenda parlamentar destinada pelo Deputado Estadual Paulo Fiorilo, com a organização da ECCART – Espaço Cidadania, Cultura e

Arte, Ponto de Cultura Escola Livre de Teatro e Prefeitura de Jales por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Cultura e Turismo. Inscrições As inscrições são gratuitas. No site www.teatrojales.com.br, estão disponíveis o regulamento completo e demais instruções. As categorias são: Espetáculos parateatro, ruas, praças e espaços alternativos.

As inscrições acontecerão no período compreendido entre os dias 31 de agosto de 2023 e 29 de setembro de 2023. Serviço Inscrições Festival Nacional de Teatro de Jales Período: 31/08 a 29/09/2023 Regulamento e inscrições: www.teatrojales.com.br Mais informações: festivaljales@gmail.com Escola Livre de Teatro (17) 99666-3540

URÂNIA

Cartório Eleitoral treina presidentes e mesários da Eleição para o Conselho Tutelar

Na última quarta-feira (20/09), os presidentes e mesários da Eleição para o Conselho Tutelar de Urânia passaram por treinamento realizado por Sandra Aparecida Cavalcanti da Silva, auxiliar judiciário eleitoral, e Algenir Francisco Bueno Marques, chefe do Cartório Eleitoral na Zona Eleitoral 427 (Urânia), membros do Cartório Eleitoral, por meio do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), responsável pela organização do pleito. A eleição de 2023 para o Conselho Tutelar será a primeira com a utilização de urnas eletrônicas, garantindo mais segurança e celeridade ao processo. “Vamos

utilizar a urna eletrônica na Eleição para o Conselho Tutelar em Urânia, o que permite mais lisura à votação, além do resultado mais rápido”, informa Wederson do Livramento, presidente do CMDCA. O treinamento preparou presidentes e mesários para todas as etapas da eleição, que acontecerá dia 1º de outubro na EMEI “Pinguinho de Gente”. De acordo com o presidente do CMDCA, serão nove seções e os eleitores, que devem comparecer portando título de eleitor e documento com foto, podem votar em um candidato. Os cinco mais votados exercerão a função de conselheiro tutelar de 2024 a 2027.

FONE/FAX: (17) 3632-6889 - E-mail: jn.folharegional@gmail.com



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO - A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES - SP, avisa que se encontram abertas as inscrições à licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, registrado sob o nº 62/2023, que objetiva a Aquisição de materiais de higiene e limpeza para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Centro Integrado de Atendimento em Saúde Mental a Criança e ao Adolescente no Município de Jales - CIACA, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referência - ANEXO I, sendo o seu encerramento às 08 horas do dia 09 de outubro de 2023, com a abertura das propostas às 08h15 minutos do mesmo dia. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter mais informações junto a Divisão de Licitações, Compras e Contratos da Prefeitura do Município de Jales - SP, sito na Rua Cinco, nº 2.266, Centro, ou pelo telefone (17) 3622-3000 - Ramal 3033 ou 3016, no horário normal do expediente. O Edital completo e demais elementos que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.jales.sp.gov.br e na plataforma BLL www.blcompras.org.br, podendo ser retirados gratuitamente. Jales - SP, aos 25 de setembro de 2.023. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA - PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTAALBERTINA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023

(Regulamenta as contratações diretas advindas da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a qual dispõe sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito do Poder Legislativo de Santa Albertina/SP).

LUIZ DONIZETI BARBOSA, Presidente da Câmara Municipal de Santa Albertina, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso IV, artigo 22, da Lei Orgânica Municipal, combinado com artigo 243, do Regimento Interno, após ouvido o douto plenário, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO que a nova Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos, em seus arts. 191 e 193, inciso II, ao estabelecer o prazo de dois anos para se operar a revogação da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, facultou à Administração, nesse interregno de transição entre os regimentos jurídicos, licitar ou contratar diretamente de acordo com seu texto ou de acordo com aquela norma, e legislações correlatas até então vigentes;

CONSIDERANDO a necessidade de transmitir segurança jurídica ao mercado de contratações públicas, evitando a aplicação de distintos regimes jurídicos de forma fragmentada no âmbito de uma mesma estrutura administrativa;

CONSIDERANDO que o campo das contratações públicas demanda previsibilidade, estabilidade e uniformidade de comportamentos, sob pena de se trazer maior prejuízo ao já tão criticado mercado público;

CONSIDERANDO a necessidade de orientação e capacitação dos servidores públicos municipais para adaptação às normas inseridas na Nova Lei de Licitações e Contratos, especialmente aqueles a serem designados como agentes de contratação nos termos do art. 8º da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização das minutas de editais, contratos, aditivos, instrumentos congêneres, pelo Setor de Licitações da Câmara do Município de Santa Albertina-SP, em conformidade com os novos ditames da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos do art. 53, § 5º, do referido diploma normativo;

CONSIDERANDO que a Administração Pública Municipal possui todos os meios e normas necessárias para licitar e contratar com amparo nas leis ainda vigentes, até dois anos da publicação da Nova Lei de Licitações e Contratos,

CONSIDERANDO que o Portal Nacional de Contratações Públicas criado no âmbito da Lei nº 14.133/2021 em seu art. 174 encontra-se em parcial funcionamento desde o dia 9 de agosto de 2021, viabilizando, por ora, apenas a publicação das dispensas eletrônicas de órgãos que já disponham de plataformas digitais integradas ao PNCP;

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 17 da Lei nº. 14.133/2021 dispõe que apenas as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, não estabelecendo esta obrigatoriedade às dispensas de licitação;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto no Decreto Federal n.º 10.922, de 30 de dezembro de 2021;

RESOLVE DECRETAR:

Art. 1º Este decreto regulamenta o processo de contratação direta previsto na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Albertina/SP.

Art. 2º É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência por marca específica.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:

I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Art. 3º É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 114.416,65 (cento e catorze mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), no caso de outros serviços e compras;

III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

IV - para contratação que tenha por objeto:

a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

b) bens, serviços, alienações ou obras, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para a Administração;

c) produtos para pesquisa e desenvolvimento, limitada a contratação, no caso de obras e serviços de engenharia, ao valor de R\$ 343.249,96 (trezentos e quarenta e três mil, duzentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos);

d) transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida, nas contratações realizadas por instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) pública ou por agência de fomento, desde que demonstrada vantagem para a Administração;

e) hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia;

f) bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional;

g) materiais de uso das Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante autorização por ato do comandante da força militar;

h) bens e serviços para atendimento dos contingentes militares das forças singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, hipótese em que a contratação deverá ser justificada quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificada pelo comandante da força militar;

i) abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento;

j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;

k) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível;

l) serviços especializados ou aquisição ou locação de equipamentos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas previstas nos incisos II e V do caput do art. 3º da Lei Federal n.º 12.850, de 2 de agosto de 2013, quando houver necessidade justificada de manutenção de sigilo sobre a investigação;

m) aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde;

V - para contratação com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 3º-A, 4º, 5º e 20 da Lei Federal n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação constantes da referida Lei;

VI - para contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios;

VII - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem;

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

X - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

XI - para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;

XII - para contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica, e em valores compatíveis com aqueles definidos no instrumento firmado para a transferência de tecnologia;

XIII - para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização;

XIV - para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência;

FOLHA REGIONAL HOJE
PERIODICIDADE: DIÁRIO
Tiragem: 20.000 exemplares

Diretor Responsável:
IVAIR BOLOGNA
Redação:
Ivair Bologna
Eduardo Monteiro

IMPRESSÃO:
TOTALGRAPH
EDITORA GRÁFICA

CIRCULAÇÃO: Jales - Apásia - Aparecida D' Oeste - Dirce Reis - Dolcinópolis - Estrela D' Oeste - General Salgado - Guzelândia - Marinópolis - Mesópolis - Nova Canaã Paulista - Paranapuã Palmeira D' Oeste - Pontalinda - Populina - Rubinéia - Santa Albertina - Santa Salete - Santana da Ponte Pensa - Santa Rita D' Oeste - Santa Fé do Sul - Santa Clara D' Oeste - São Francisco - São João das Duas Pontes - São João de Iracema - Suzanópolis - Turmalina - Três Fronteiras - Urânia - Vitória Brasil
E-mail: jn.folharegional@gmail.com

Rua Pedro Modesto Andreado Padilha, nº 80 – Distrito Industrial II – Jales/SP
Fone Fax (17) 3632-6889

Circulação:

Junior Soler
Cel. (17) 99785-1119

Av. Francisco Jalles, 1851 - Centro - Jales - SP - CEP: 15.703-200
Tel.: (17) 3622-1620 e-mail: jrsoler@unijales.edu.br www.unijales.edu.br

XV -para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

XVI - para aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de insumos estratégicos para a saúde produzidos por fundação que, regimental ou estatutariamente, tenha por finalidade apoiar órgão da Administração Pública direta, sua autarquia ou fundação em projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos, ou em parcerias que envolvam transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o SUS, nos termos do inciso XII do caput deste artigo, e que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à entrada em vigor desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I -o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II -o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

§ 4º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), assim que este for disponibilizado pelo Governo federal, devendo ser divulgado e mantido à disposição no sítio eletrônico oficial do Município enquanto aquele não estiver disponível.

§ 5º A dispensa prevista na alínea "c" do inciso IV do caput deste artigo, quando aplicada a obras e serviços de engenharia, seguirá procedimentos especiais instituídos em regulamentação específica.

§ 6º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 9.153,34 (nove mil, cento e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.

Art. 4º O processo de contratação direta que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I -documento de formalização de demanda e se for o caso estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II -estimativa de despesa que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV -demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V -comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI -razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Art. 5º A elaboração do ETP - Estudo Técnico Preliminar será facultativa nos casos de contratação de obras, serviços e compras, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 3º desta Lei.

§ 1º Nos demais casos de contratação direta (inexigibilidade e de dispensa de licitação) caberá à autoridade competente a decisão sobre a dispensa do estudo técnico preliminar, bem como, para aquelas situações (inexigibilidade e de dispensa de licitação), a decisão acerca da dispensa de análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

§ 2º Em se tratando de contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração dos demais projetos.

Art. 6º Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas da Câmara Municipal de Santa Albertina/SP deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo, admitindo-se a aquisição de artigos de luxo apenas quando houver equivalência de preço com os de qualidade comum.

§ 1º Na especificação de itens de consumo, a Administração buscará a escolha do produto que, atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor preço.

§ 2º Considera-se bem de consumo de luxo o que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Câmara Municipal de Santa Albertina/SP.

Art. 7º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 3º desta Lei, a estimativa de preços de que trata o art. 23, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 1º A cotação poderá ser realizada com fornecedores do Município, por intermédio de pesquisas na internet ou pelo portal da transparência de outros órgãos da Administração Pública, cujos fornecedores possam realizar o fornecimento ou executar o serviço cotado.

§ 2º Na impossibilidade de cotação mínima de 3 (três) fornecedores ou, a critério do agente, poderá ser divulgado aviso de contratação no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Santa Albertina/SP, pelo prazo de 3 (três) dias úteis, contendo a especificação do objeto pretendido e a manifestação de interesse da Administração em obter propostas de eventuais interessados. Opcionalmente, poderá ser realizada dispensa eletrônica por meio de sistema credenciado junto ao PNCP.

§ 3º A solicitação de pesquisa de preço poderá ser formalizada por e-mail ou de forma pessoal pelo agente público responsável.

§ 4º Quando a solicitação de pesquisa for realizada por e-mail, este deverá ser encaminhado com a opção de aviso de "recebimento" e consignar prazo de resposta de no máximo 3 (três) dias úteis, devendo o pedido e a resposta do fornecedor serem juntados aos autos, com os dados necessários à sua correta identificação.

§ 5º Para obtenção do resultado da pesquisa, a critério do agente responsável, poderão ser desconsiderados os preços excessivamente elevados e os inexequíveis, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

Art. 8º Enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a que se refere o art. 174, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as publicações dos atos realizados pela Câmara Municipal de Santa Albertina/SP, dependentes de divulgação no PNCP, serão efetuadas no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Santa Albertina/SP.

Art. 9º O Poder Legislativo do Município de Santa Albertina/SP poderá editar normativos complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de artefatos necessários à contratação.

Art. 10. Incumbe à Administração Pública Municipal capacitar servidores e ou mesmo contratar empresa especializada no ramo para tanto.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Santa Albertina/SP, 06 de setembro de 2023

Luiz Donizeti Barbosa

Presidente da Câmara

Registrado em livro próprio, afixado no local de costume, e publicado na imprensa regional.

Flávia Regina Velo Lucon

Secretária Administrativa

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023

(Regulamenta compras e ou contratações diretas classificadas por valor nos termos do artigo 95, §2º, da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e dá outras providências).

LUIZ DONIZETI BARBOSA, Presidente da Câmara Municipal de Santa Albertina, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso IV, artigo 22, da Lei Orgânica Municipal, combinado com artigo 243, do Regimento Interno, após ouvido o douto plenário, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

RESOLVE DECRETAR:

ART. 1º Ficam regulamentadas as compras e ou contratações diretas, assim classificadas pelo valor de até R\$ 11.441,66 (onze mil quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos), definidas nos termos do artigo 95, §2º, da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

ART. 2º No caso de compras e ou contratações diretas, nos termos do artigo 1º deste Decreto, o(a) responsável pelo Setor de Compras deve instruir a formalização do processo de contratação com os seguintes documentos:

I - Instrumento de formalização de demanda, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal;

II – Documentação comprobatória da estimativa de despesa, podendo ser oriunda de fornecedores locais ou regionais;

III - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

PARÁGRAFO ÚNICO. No caso de contratações parceladas e ou serviços contínuos, o gestor do contrato deverá também anexar termo de referência.

ART. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Santa Albertina/SP, 06 de setembro de 2023

Luiz Donizeti Barbosa

Presidente da Câmara

Registrado em livro próprio, afixado no local de costume, e publicado na imprensa regional.

Flávia Regina Velo Lucon

Secretária Administrativa



Câmara Municipal de Urânia

CNPJ 51.842.185/0001-12

email:- cmurania@gmail.com - Tel.: (17) 3634-1177

Avenida Presidente Kennedy nº 1.474 - Cx Postal 02 - CEP 15.760-000 - Urânia - SP

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE URÂNIA

CONTRATADA: ITHINK SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE: ANTIVÍRUS E SERVIÇO DE BACKUP EM NUVEM.

VALOR GLOBAL: R\$ 6.843,67 (seis mil oitocentos e quarenta e três reais e sessenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: 22/09/2023 a 22/09/2024

MODALIDADE: Dispensa, fundamentada no Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21

Câmara Municipal de Urânia, SP, 25 de setembro de 2023.

Katia Cristina Siebra
KATIA CRISTINA SIEBRA
PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA

CNPJ: 65.712.002/0001-59

ASPÁSIA
PREFEITURA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Aspásia-SP avisa que se acha aberta a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 012/2.023, do tipo menor preço, com critério de julgamento por lote, por meio da plataforma Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bll.org.br, que objetiva a **Contratação de Empresa Especializada para locação de diversos itens de brinquedos, prestação de serviços e aquisição de gêneros alimentícios para realização do evento integração das famílias do município e comemoração do dia das crianças do município de Aspásia-SP.** Data e horário do recebimento das propostas: **até às 08:15 horas do dia 06/10/2.023. Data e horário do início da disputa: 09:00 horas do dia 06/10/2.023.** O edital completo estará à disposição dos interessados no site www.bllcompras.com e no sítio Eletrônico do Município: aspasia.sp.gov.br.

Prefeitura Municipal de Aspásia, em 25 de setembro de 2023.

Ivan de Paula
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ PAULISTA

Processo Administrativo 092/2023
AVISO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2023
A Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista, em atendimento ao §3º do art. 75 da Lei nº. 14.333/2021, torna público para conhecimento dos interessados, o presente aviso da Dispensa de Licitação 062/2023 para “Contratação de empresa para prestação de serviço de telecomunicação, operação e manutenção de um link de acesso à internet, por meio de fibra ótica com plano mínimo de 100 megas”, conforme Termo de Referência em anexo, a fim de obter propostas adicionais.
Para tanto, convoca as empresas interessadas a enviarem suas propostas para o(s) objeto(s) constante(s) do Termo de Referência, disponibilizados na aba Licitações , no site: www.novacanaapaulista.sp.gov.br, para o e-mail: licitacao@novacanaapaulista.sp.gov.br, ou pessoalmente na sala de Licitações deste município, até 23horas 59min dia 29/09/2023.
A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista/SP será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até dois dias úteis após a convocação.
Nova Canaã Paulista-SP, 25 de setembro de 2023.
Thais Cristina Costa Moreira
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

3º Extrato de Aditamento de Contrato
Contratante: PM Pontalinda
Contratada: Amêndola & Amêndola Software Ltda CNPJ 04.326.049/0001-90
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento da licença de uso de software por prazo determinado (locação) com atualização mensal, que garanta as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo, conversão, implantação e treinamento, para diversos setores da Prefeitura deste Município de Pontalinda SP.
3º aditamento
Reequilíbrio econômico financeiro
Contrato 49/2021
Valor mensal atualizado R\$ 9.752,46
Data: 25/09/2023
Pregão Presencial nº 18/2021
Processo CL/PMP 41/2021
Setor de Licitações e Contratos

TRAGÉDIAS

Quatro pessoas morrem afogadas em menos de 24h na região de Jales

Uma tarde de lazer na beira do Rio Grande, em Ouroeste, na divisa entre São Paulo e Minas Gerais, se transformou em uma tragédia no domingo, dia 17/09, para uma família de Iturama-MG. O local é conhecido por ser bastante frequentado por pescadores e famílias em busca de diversão.
A família estava desfrutando do rio, quando uma forte ventania deixou a correnteza forte. O pai, agindo heroicamente para salvar suas duas filhas, conseguiu resgatar uma delas, de 9 anos. Mas ele e sua outra filha, de 8 anos, não conseguiram escapar da correnteza traiçoeira e se afogaram.
Policiais militares da Polícia Ambiental estavam em uma operação de fiscalização nas proximidades do local e foram os primeiros a chegar e acionaram o Corpo de Bombeiros e o

SAMU.
A esposa, que é a madrastra das crianças, foi levada para o Hospital João Veloso, em Ouroeste, acompanhada de uma das enteadas.
O corpo do pai foi localizado ainda na tarde do domingo. Já o da outra criança, a menina de 8 anos, só foi encontrado na manhã de terça-feira, cerca de 300 metros do local da tragédia.
Estrela da Barra, distrito de Carneirinho-MG
Os Bombeiros de Iturama-MG atenderam a ocorrência e fizeram o resgate do corpo de um morador de Estrela da Barra que morreu afogado no Rio Grande na noite de domingo, 17/09.
Segundo informações da corporação, ele teria saído no domingo, por volta das 18 horas, em um kaiake para pescar e não retornou no horário previsto.



A mulher então pediu aos amigos que o procurassem o marido, na manhã de segunda-feira, 18/09, e os mesmos encontraram o corpo do pescador boiando, cerca de 2 km da margem do rio. O kaiake também foi encontrado nas proximidades do corpo, que foi retirado pelos bombeiros e encaminhado para o IML.
Santa Fé do Sul
Um quarto afogamento foi registrado na tarde de segunda-feira, dia 18, em Santa Fé do Sul. Neste caso, a vítima foi um idoso de 74 anos que foi encontrado pela esposa dentro da piscina de casa.
Ele foi socorrido com vida pelos Bombeiros e levado pela Samu até a UPA de Santa Fé, mas sofreu uma parada cardiorrespiratória e morreu durante o atendimento médico.

POLÍCIA FEDERAL DE JALES

Empresária de Ilha Solteira é presa em operação da PF contra esquema criminoso de mineração de ouro

Uma empresária de Ilha Solteira (SP) foi presa em flagrante na quarta-feira (20/09) durante uma operação da Polícia Federal contra esquemas criminosos de mineração ilegal de ouro.
Segundo a PF, agentes cumpriram um mandado na casa da investigada, que atua no ramo de ouro e veículos, e apreenderam materiais sem origem comprovada. Ela foi presa e levada à delegacia de Jales, onde permaneceu à disposição da Justiça.
No total, a Operação Emboabas cumpriu dois mandados de prisão preventiva, 16 mandados de busca e outras medidas cautelares em Manaus (AM), Anápolis (GO), Uberlândia (MG), Ilha Solteira, Areia Branca (RN), Ourilândia do Norte,



Tucumã e Santa Maria das Barreiras (PA).
Segundo a PF, também foi autorizada ordem de sequestro de bens de mais de R\$ 5,7 bilhões durante a Operação Emboabas.
A polícia identificou indícios de contrabando de ouro para Europa após a prisão em flagrante de uma pessoa que transportava 35 kg do material, e pretendia entregar a dois norte-americanos, sócios de uma empresa em Nova Iorque.
De acordo com a Polícia Federal, a investigação revelou que a organização criminosa adquire ouro de terras indígenas e leitos de rios com uso de dragas e, por meio de fraude, declara que o material foi extraído em permissões de lavra garimpeira (PLG) regularmente constituídas.
Também foi identificado que o alvo principal faz o esquentamento do ouro por meio de um austríaco que se naturalizou brasileiro e afirma ter mais de mais R\$ 20 bilhões em barras de ouro em um suposto país independente criado pelo próprio investigado.
Os investigados responderão pelos crimes de usurpação de bens da União, organização criminosa, lavagem de dinheiro, extração ilegal do ouro, contrabando, falsidade ideológica, receptação qualificada e outros tipos penais.